ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR SABÁ (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR JOCEVAL RODRIGUES (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 357/21 do vereador Anderson Ninho, 358/21 da vereadora Ireuda Silva, 359/21 da vereadora Marta Rodrigues, 360/21 do vereador Anderson Ninho e 361/21 do vereador Sílvio Humberto; Projetos de Indicação n.s

574/21 da vereadora Debora Santana, 575 e 576/21 do vereador Marcelo Maia, 577/21 do vereador André Fraga e 578/21 do vereador Hélio Ferreira; Requerimentos n.s 222/21 da vereadora Marta Rodrigues e 223/21 da vereadora Roberta Caires; Requerimento de Utilidade Pública n. 67/21 do vereador Julio Santos; e Moções n.s 160 a 164/21 do vereador Marcelo Maia, 165/21 do vereador Sabá, 166 a 168/21 do vereador Emerson Penalva e 169 e 170/21 do vereador André Fraga. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente anunciou a inversão da pauta, segundo acordo de lideranças, para se votar a Ordem do Dia antes do Pinga-Fogo. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito comentou sobre a sua Emenda aditiva ao Projeto de Lei n. 305/21, do Executivo, a qual inseria elementos de Lei sobre obras, estabelecendo o cuidado com aspectos de estética, salubridade e outros, sobre os quais expôs. Explicou que isso visava a impor, sobre os imóveis de uso particular, o cuidado com a conservação por parte de seus usuários, uma vez que obras vinham sendo abandonadas e, em seguida, desapropriadas. Explicou, ainda, que a Prefeitura daria seguimento a tais obras, posteriormente cobrando os custos de seus proprietários, sob pena de arrecadação do imóvel. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, disse não ter havido, nas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, devolutivas sobre os Votos em Separado que havia apresentado sobre o Projeto de Lei n. 305/21. Explicou que a Oposição decidira não apresentar emendas a esse Projeto, em razão de não haverem recebido estudos e outros elementos em que pudessem se basear. O senhor presidente informou que os Votos em Separado da oradora seriam acostados aos Pareceres, e que ela teria um tempo de fala dilatado para poder expor esses Votos. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 305/21, sobre concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Havendo Parecer conjunto já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o mesmo Parecer foi submetido às Comissões de Finanças e Orçamento, de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, e de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Relações Internacionais. Colhidos os

votos na Comissão de Finanças, o Parecer foi aprovado, com Voto em Separado da vereadora Marta Rodrigues. Colhidos os votos na Comissão de Planejamento Urbano, o Parecer foi aprovado, com Voto em Separado da vereadora Marta Rodrigues e voto contrário do vereador Hélio Ferreira. Colhidos os votos na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o Parecer foi também aprovado, com o voto contrário do vereador Hélio Ferreira. Submetido ao Plenário, o Parecer foi aprovado. Em seguida, havendo 11 Emendas ao Projeto, a Sessão foi suspensa por dez minutos, para que o vereador Alexandre Aleluia, presidente da CCJ, pudesse ler essas Emendas antes de proferir o seu Parecer. Retomada a Sessão, subiu à Tribuna, para Parecer pela CCJ, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável às Emendas n.s 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, e pela rejeição da Emenda n. 11. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. O senhor presidente registrou a presença do ex-vereador Moisés Rocha, a quem convidou para compor a Mesa. Pela ordem, a vereadora Debora Santana protestou contra a rejeição de Emenda de sua autoria enquanto Emenda de teor similar havia sido aprovada. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues registrou ser 8 de novembro, data de homenagem aos heróis da Revolta dos Búzios. Reiterou o Voto contrário que proferira nas Comissões de Finanças e de Planejamento Urbano, considerando o Projeto nocivo e voltado, apenas, aos interesses privados. Apontou falta de debate, lembrando ter realizado duas audiências sobre o Projeto, na quais, o exame da matéria não pudera ser esgotado. Afirmou haver afronta à indisponibilidade do interesse público e declarou contrariedade às medidas que seriam possibilitadas com a aprovação do Projeto. O vereador Augusto Vasconcelos endossou a fala da vereadora Marta Rodrigues. Disse que que concessões e parcerias eram naturais, porém, não da maneira como se previa no Projeto, o qual não exigia apresentação dos impactos das medidas e, ainda, previa variadas e amplas concessões sobre bens e serviços públicos, como cemitérios, sem critérios para tanto. Criticou Emenda que previa a extinção de portas giratórias em bancos, algo que sublinhou ser estranho à matéria. A

vereadora Maria Marighella disse que o Projeto previa uma indevida transferência da responsabilidade pública para a iniciativa privada. Analisou a natureza das PPPs à luz da legislação, apontando incongruência no que era trazido pelo Projeto. O vereador Sílvio Humberto expressou indignação contra o Projeto, indagando que atribuições restariam à Prefeitura após tantas transferências de incumbências para o setor privado. Anteviu problemas relativos a preço público e criticou o modelo de estado-mínimo que era almejado. A vereadora Laina Crisóstomo também criticou a falta de debate. Afirmou que o Projeto era inconstitucional e ilegal, e iria suprimir empregos e entregar serviços públicos, indevidamente, à iniciativa privada. O vereador Tiago Ferreira indagou se o prefeito teria sido eleito caso tivesse apresentado, em seu plano de governo, o que era trazido por este Projeto. Enumerou a criação de hospitais pelo Governo do Estado, questionando por que o Município não tinha ações semelhantes. O vereador Cláudio Tinoco afirmou que o Projeto trazia possibilidades positivas para a Cidade, com o aporte de investimentos que seriam bem geridos. Apontou que a gestão da Arena Fonte Nova pelo Governo do Estado, num modelo que envolvia a iniciativa privada, fazia serem consumidos 10 milhões mensais em recursos públicos e que, no mesmo âmbito estadual, muitos trabalhavam para promover concessões. Expôs que as concessões e PPPs era amplamente usadas, com êxito, em muitos lugares. Contou não ter recebido retorno, da secretária da Fazenda, sobre sugestão que apresentara, motivo pelo qual, não poderia dar votos, no âmbito da CCJ, sobre as Emendas apresentadas. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 305/21 foi aprovado até a Redação Final, com suas Emendas, contra os votos de todos os vereadores da Oposição. Em seguida, passou-se ao **Pinga-Fogo**. O vereador Ricardo Almeida registrou o aumento da tarifa do *Ferry-Boat*, observando se tratar de um serviço estadual objeto de concessão, a qual criticou. Considerou contraditórias as críticas contra as concessões municipais, afirmando que essa postura não se voltava às concessões do Governo do Estado, como as relativas aos pedágios em estradas. Conclamou os oposicionistas a um protesto em frente à

Governadoria. O senhor presidente pediu às lideranças que compusessem acordo para a votação de projetos de vereadores e informou reunião do Colégio de Líderes na semana seguinte. O vereador Tiago Ferreira pediu um minuto de silêncio pelo falecimento da cantora Marília Mendonça, a quem enalteceu. Foi cumprido o minuto de silêncio. Prosseguindo, e em referência ao discurso do vereador Ricardo Almeida, o orador disse que a Oposição criticava as concessões municipais em razão do tipo de concessão que o Projeto aprovado trazia, com transferência do próprio poder fiscalizador à inciativa privada. O vereador Joceval Rodrigues declarou preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e disse que questões políticas e ideológicas não poderiam se colocar acima disso. Disse, ainda, que se tentava evitar, para a Cidade, a degradação que havia no Zoológico e no Centro de Convenções, ambos estaduais, e que a Oposição não criticava as concessões do Estado. Parabenizou o prefeito pelo Projeto aprovado. O vereador Luiz Carlos Suíca parabenizou a vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, e demais membros dessa bancada. Repudiou a morte de um rapaz em ação policial no Nordeste de Amaralina. Disse que não era possível comemorar o Dia da Favela, celebrado em 4 de novembro, diante do que vinha ocorrendo nas favelas da Cidade. Pediu um minuto de silêncio pelos mortos nas favelas, no que foi atendido. Pela ordem, o vereador Hélio Ferreira esclareceu situação referente à queima de ônibus em protesto. O vereador Henrique Carballal solidarizou-se com o vereador Luiz Carlos Suíca e com a família do rapaz morto em Amaralina. Afirmou que a violência dos traficantes obrigava jovens a entrar no crime. Criticou a postura do Governo do Estado refratária à realização do Carnaval, comentando sobre o planejamento carnavalesco em outros estados e sobre o fato de, na Cidade, realizarem-se festas “paredão”, enquanto o Carnaval, com sua importância econômica para muitas pessoas pobres, estava ameaçado. Informou reunião do Conselho do Carnaval, sobre a questão, na quinta-feira. Em comunicação inadiável, o vereador Átila do Congo declarou ser morador de favela e constestou que os jovens seriam obrigados a entrar no crime. Considerou que o

problema do tráfico de drogas era de âmbito nacional e que só entrava no tráfico quem o desejava. Disse ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei n. 305/21, mas com ressalvas. Explicou ser líder sindical dos motoristas de aplicativo havia seis anos e rebateu manifestação difamatória de um pequeno grupo, afirmando que isso era uma retaliação a uma negativa dele a esse grupo. Em comunicação inadiável, o vereador Alexandre Aleluia parabenizou a reforma da Paróquia Nossa Senhora da Saúde, a cuja entrega estivera presente junto a autoridades e gestores federais. Elogiou o Governo Federal pelo que fazia na Cultura, bem como, por auditar projetos da Lei Rouanet. Considerou que a Cultura, no País, estava sendo tratada como se deveria. Pediu a suspensão de leilão sobre o Solar Quinta dos Padres, onde o padre Antônio Vieira fizera sermões, e pediu, também, o tombamento desse imóvel pelo Município. Pela ordem, associaram-se ao orador os vereadores Anderson Ninho e Ricardo Almeida. Em comunicação inadiável, a vereadora Debora Santana agradeceu a aprovação de Emenda sua, sobre a qual comentou. Em comunicação inadiável, a vereadora Maria Marighella destacou o fato de a cultura estar em pauta e rejeitou a criminalização de iniciativas culturais. Contestou o discurso do vereador Alexandre Aleluia, assinalando a importância da memória e afirmando que não se dialogava com a barbárie que via representada pelo Governo Bolsonaro. Disse que esse Governo iria cair, enquanto a cultura iria assumir o seu protagonismo. Contou sobre membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e indígenas que haviam visto o filme Marighella e relatou ataque violento sofrido por lideranças do MST. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando a próxima, segundo acordo de líderes, para a quarta-feira seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO